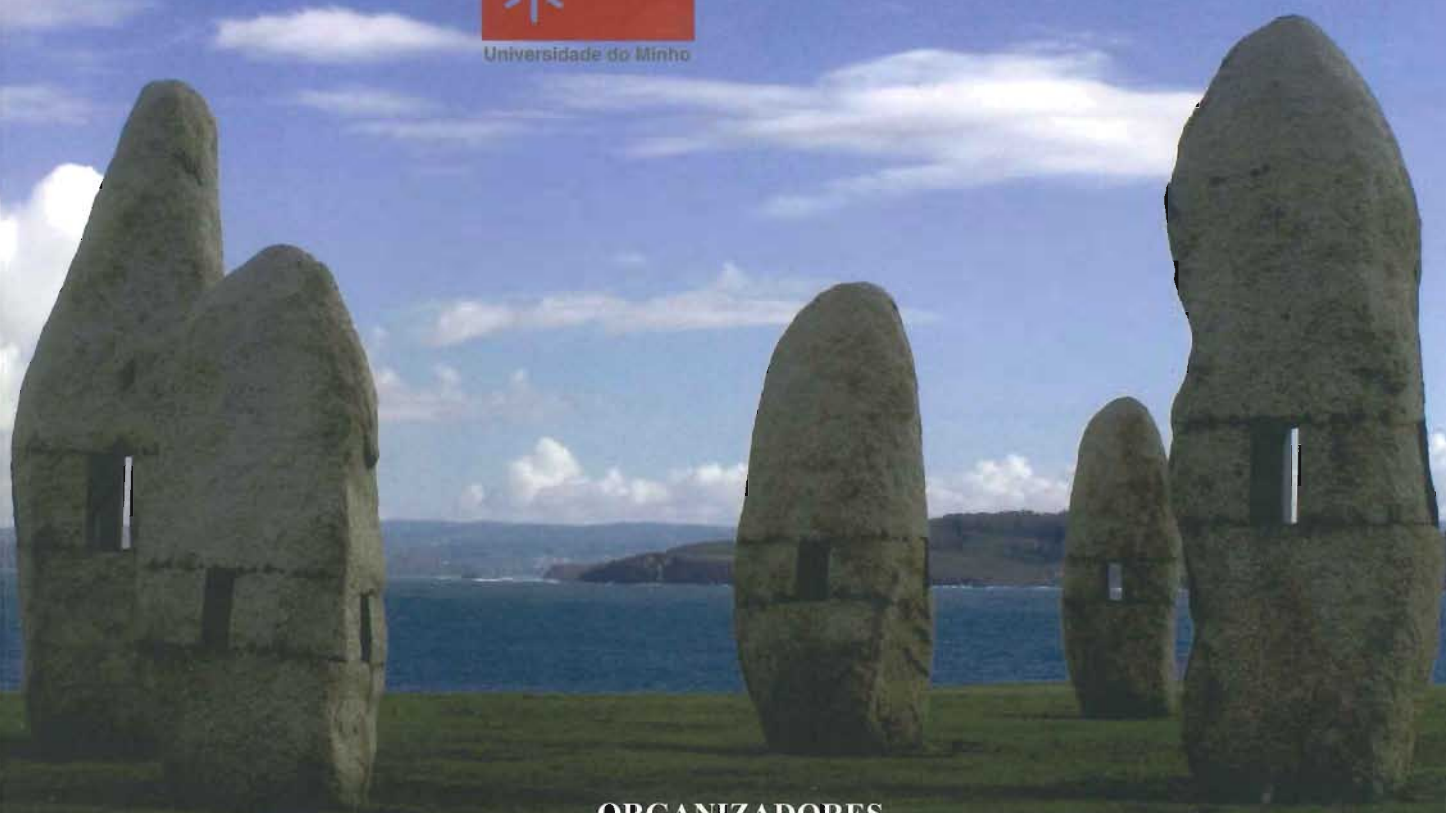


XI Congreso Internacional Galego-Portugués de Psicopedagogía

www.udc.es/congresos/psicopedagogia

SEDE: Facultade de Ciencias da
Educación Campus de Elviña
Universidade da Coruña

DATA: 7, 8 e 9 de setembro de 2011



ORGANIZADORES

Alfonso Barca Lozano, Manuel Peralbo Uzquiano, Ana Porto Rioboo,
Juan Carlos Brenlla Blanco, Bento Duarte da Silva, Leandro S. Almeida

2011

**XI CONGRESO INTERNACIONAL GALEGO-PORTUGUÉS
DE PSICOPEDAGOXÍA**

Programa, Resumos e Actas

A Coruña, 7, 8, 9 de Setembro, 2011

ORGANIZADORES

**Alfonso Barca Lozano, Manuel Peralbo Uzquiano, Ana Porto Rioboo,
Juan Carlos Brenlla Blanco, Bento Duarte da Silva, Leandro S. Almeida**

SECRETARIADO

Universidade da Coruña (Galicia-España)

**Juan Carlos Brenlla Blanco
Eduardo Rodríguez Machado
Sonia Seijas Ramos**

Universidade do Minho (Braga-Portugal)

**Amanda Franco
Marisa Cunha
Laura Patrícia Magalhaes
Ângela Gomes**

Ficha Técnica

Título: *Libro de Actas do XI Congreso Internacional Galego-Portugués de Psicopedagogía.*

Organizadores: Alfonso Barca Lozano, Manuel Peralbo Uzquiano, Ana Porto Riobóo, Juan Carlos Brenlla Blanco; Bento Duarte da Silva, Leandro S. Almeida

Edita: Revista Galego-Portuguesa de Psicoloxía e Educación. Universidade da Coruña e Universidade do Minho.

Depósito Legal: C-1416-97. **ISSN:** 1138/1663.

A contraportada deste libro contén, en soporte informático, o *e-book* das Actas do Congreso que inclúen os textos completos das Comunicaci3ns, Simposios e P3sters presentados.

Universidade da Coruña /Departamento de Psicoloxía Evolutiva e da Educaci3n / GIPDAE (Grupo de Investigaci3n en Psicoloxía do Desenvolvemento e da Psicoloxía Escolar. Facultade de Ciencias da Educaci3n).

Universidade do Minho. Instituto de Educa3o / Centro de Investiga3o em Educa3o (Cied).

A Coruña, Setembro, 2011.

Imprime: T3rculo Artes Gráficas

Aula: 1/3

Título: **CIDADANIA E COMPETÊNCIA: UM CAMINHO PARA (RE)DEFINIR A FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO**

Autores: **Ilda Freire-Ribeiro**
Instituto Politécnico de Bragança
Escola Superior de Educação
ilda@ipb.pt

Resumo: A lógica das competências vem romper com tradições educativas seculares e vem provocar mudanças na escola e na aprendizagem. A sua problemática representa um desafio para os modos de pensar e de agir. Tem como pretensão preparar as novas gerações para acompanharem o ritmo das sociedades contemporâneas, sendo capaz de gerir qualquer situação complexa e desviante da norma. Sabendo que na instituição escolar, a sua noção continua a ser “um enigma” (Dolz e Ollagnier, 2004:13) o reconhecimento da sua operacionalidade e importância, faz com que cada vez mais ela seja aceite e introduzida em todos os currículos de formação. Face a este desiderato e com a cidadania *multidimensional* no horizonte educativo, importa agora perceber quais são as competências de cidadania que se pretendem valorizar e desenvolver, partindo do pressuposto que a missão educativa da escola vai exigir dos professores uma série de competências que promovam a educação para a cidadania em contexto. Partindo do pressuposto que a educação para a cidadania implica a junção e a acção integrada de três grandes famílias de competências: cognitivas, afectivas e atitudinais, ultrapassando a mera competência técnica e situando-se mais ao nível da interacção e participação reflexiva, é nosso objectivo elencar um referencial de competências que auxiliem o profissional da educação, a promover a cidadania em ambiente escolar.

Aula: 1/3

Título: **A CONTRIBUIÇÃO DAS EQUIPAS MULTIDISCIPLINARES NO SUCESSO E NA CONVIVÊNCIA ESCOLAR**

Autores: Anabela Panão
Escola Superior de Educação de Coimbra-Coimbra-Portugal
aramalho@esec.pt
João Gois Ramalho
Instituto Superior de Educação e do Trabalho-Porto-Portugal
goisramalho@gmail.com

Resumo: A Gestão Democrática nas Escolas Portuguesas consolidou-se com a entrada em vigor do D L 115-A/1998, diploma que veio aprovar o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos de educação pré - escolar e dos ensinos básicos e secundário, revogado pelo D L 75/2008, diploma legal que continua a reger-se pelos mesmos princípios de democraticidade e representatividade. Em simultâneo com a mudança dos modelos de gestão dos estabelecimentos de ensino, previstas no D. L 75/2008, o Ministério da Educação promoveu a descentralização de competências para as Autarquias Locais. Com a publicação da Lei 39/2010, segunda alteração efectuada ao Estatuto do Aluno dos Ensinos Básico e Secundário, o Pessoal Não Docente foi chamado a maiores responsabilidades no âmbito dos seus deveres para com os discentes. A Escola actual, deve ser uma escola inclusiva nos termos dos Princípios da Declaração de Salamanca, que vai exigir aos trabalhadores da educação, Pessoal Não Docente, uma competência e atenção especial a alunos com NEE e às suas famílias. É objectivo deste trabalho de investigação, demonstrar a evolução do papel do pessoal não docente na Escola Portuguesa e propor medidas normativas e formativas para melhorar qualidade de atendimento ao aluno na comunidade escolar.
